

Arcebispo opóia convocação da Constituinte

JORNAL DE BRASÍLIA

Belo Horizonte — O presidente da Regional Leste II da CNBB, arcebispo de Uberaba, dom Benedito Ulhoa, considerou esclarecedora e sem exagero a idéia da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, defendida pelo cardeal-primaz do Brasil, dom Avelar Brandão.

— Não gosto de comentar assunto político — informou dom Benedito — mas a nota do cardeal é muito clara, incisiva e oportuna. Nos termos que dom Avelar usou para defender a convocação de uma Constituinte, é justo que um pastor possa, para o bem da nação, dizer uma palavra e apontar caminhos, uma vez que o faz sem nenhum partidatismo.

Dom Benedito Ulhoa disse que uma nova Assembléia Constituinte é importante porque favorece o cidadão e limita o poder do Estado, o que é necessário no momento atual, em que o país vive o drama de uma lei excepcional, que é a sua própria Constituição.

Já o bispo auxiliar de Belo Horizonte, dom Arnaldo Ribeiro, disse que não sabe nem o que é uma Assembléia Constituinte, uma vez que não acompanha o debate político. Mas considerou que dom Avelar Brandão, ao defender a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, discutiu um aspecto do sistema e não projetos políticos.

Também o bispo de Teófilo Otoni, no nordeste mineiro, de linha progressista, dom Quirino Adolfo Schimitz, disse que não sabe o que no momento seria melhor: se uma assembléia Constituinte ou uma atitude mais firme e corajosa frente a reformas.

O bispo de Teófilo Otoni disse que é preciso "pensar muito bem" o que seria prioritário. "Pode vir uma Constituinte, salientou, e colocar todos os problemas urgentes novamente em segundo plano. Não sei também o que deveria conter esta Constituinte para não ser apenas mais um documento que não atenda às necessidades do povo".

Para dom Quirino, o assunto exige aprofundamento e ponderação. Ele disse desejar que o homem brasileiro seja enfocado como o principal e teme que se perca muito tempo discutindo a questão e as reformas urgentes sejam colocadas de lado.

D. HELDER

Recife — "Estamos há poucos dias da Assembléia Geral da CNBB e acho que não é o momento de falar sobre pronunciamentos de nossos irmãos", afirmou ontem o arcebispo dom Helder Câmara sem querer analisar o que afirmou o arcebispo-primaz do Brasil, dom Avelar Brandão que defendeu em Salvador a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Para dom Helder, todos os assuntos atuais da vida brasileira vão ser estudados e discutidos por todos os bispos do Brasil de 17 a 26 deste mês em Itaici "e depois disso, a CNBB vai ter oportunidade de se manifestar sobre os temas que estão sendo focalizados".

RÔMULO

Salvador — "Não me surpreende a lucidez com que o cardeal se posiciona sobre este assunto, porque em realidade a Assembléia Nacional Constituinte é o caminho para uma reorganização da sociedade brasileira", declarou, ontem, o presidente do diretório regional do PMDB, economista Rômulo Almeida, a propósito da afirmação de dom Avelar Brandão Vilela em favor da Constituinte.

— O que é importante deixar claro — prosseguiu Rômulo Almeida — é que uma Assembléia Constituinte com o futuro Congresso com poderes constituintes, que é uma alternativa ao meu ver aceitável, requer para sua perfeita legitimação e eficácia, não se repetirem os antecedentes históricos de Constituinte, elitista e manipulada.

Para o presidente do diretório regional do PMDB, "é indispensável a superação do atual regime, com sua preocupação de continuismo a qualquer custo, para que uma Constituinte tenha o papel histórico que todos esperamos". Indispensável também, segundo Rômulo Almeida, é o restabelecimento de "todas as franquias democráticas e o abandono das idéias de casuísmo eleitoral e partidário".

O acesso aos meios de comunicação de massa, disse o economista, deve ser amplo e o debate promovido, "não como atualmente ocorre, quando esses veículos são utilizados unilateralmente usando-se o dinheiro público para distorcer a verdade e promover os candidatos do governo". Por fim, salientou a necessidade de inteira liberdade aos partidos políticos, "inclusive o partido comunista, para se fazer representar na Constituinte".